

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça

Paulo Cezar dos Passos

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico

Humberto de Matos Brittes

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

Nilza Gomes da Silva

Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional

Corregedor-Geral do Ministério Público

Marcos Antonio Martins Sottoriva

Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público

Antonio Siufi Neto

Ouvidor do Ministério Público

Olavo Monteiro Mascarenhas

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça *Sérgio Luiz Morelli*

Procurador de Justiça *Mauri Valentim Riciotti*

Procurador de Justiça *Hudson Shiguer Kinashi*

Procurador de Justiça *Olavo Monteiro Mascarenhas*

Procuradora de Justiça *Irma Vieira de Santana e Anzoategui*

Procuradora de Justiça *Nilza Gomes da Silva*

Procurador de Justiça *Silvio Cesar Maluf*

Procurador de Justiça *Antonio Siufi Neto*

Procurador de Justiça *Evaldo Borges Rodrigues da Costa*

Procuradora de Justiça *Marigô Regina Bittar Bezerra*

Procurador de Justiça *Belmires Soles Ribeiro*

Procurador de Justiça *Humberto de Matos Brittes*

Procurador de Justiça *Miguel Vieira da Silva*

Procurador de Justiça *João Albino Cardoso Filho*

Procuradora de Justiça *Lucienne Reis D'Avila*

Procuradora de Justiça *Ariadne de Fátima Cantú da Silva*

Procurador de Justiça *Francisco Neves Júnior*

Procurador de Justiça *Edgar Roberto Lemos de Miranda*

Procurador de Justiça *Marcos Antonio Martins Sottoriva*

Procuradora de Justiça *Esther Sousa de Oliveira*

Procurador de Justiça *Aroldo José de Lima*

Procurador de Justiça *Adhemar Mombrum de Carvalho Neto*

Procurador de Justiça *Gerardo Eriberto de Moraes*

Procurador de Justiça *Luis Alberto Safraider*

Procuradora de Justiça *Sara Francisco Silva*

Procuradora de Justiça *Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya*

Procuradora de Justiça *Mara Cristiane Crisóstomo Bravo*

Procurador de Justiça *Helton Fonseca Bernardes*

Procurador de Justiça *Gilberto Robalinho da Silva*

Procurador de Justiça *Paulo Cezar dos Passos*

Procuradora de Justiça *Jaceguara Dantas da Silva*

Procurador de Justiça *Rodrigo Jacobina Stephanini*

Procurador de Justiça *Silasneiton Gonçalves*

Procurador de Justiça *Sérgio Fernando Raimundo Harfouche*

Procurador de Justiça *Alexandre Lima Raslan*

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3318-2160 e-mail: caodh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**RESOLUÇÃO Nº 16/2019-PGJ, DE 16 DE SETEMBRO DE 2019.**

Altera a Resolução nº 003/2011-PGJ, de 21 de março de 2011.

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL EM EXERCÍCIO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, inciso V, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º O artigo 11 da Resolução 003/2011-PGJ, de 21.03.2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. Não se pagará diária para os Promotores de Justiça que substituírem os Procuradores de Justiça, quando o fundamento do pedido for a substituição. (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 16 de setembro de 2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3409/2019-PGJ, DE 13.9.2019

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 23ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Regina Dornte Broch, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 11ª Vara do Juizado Especial Central da referida Comarca, no dia 17.9.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3410/2019-PGJ, DE 13.9.2019

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Costa Rica, Bolivar Luis da Costa Vieira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Sessão Plenária do Tribunal do Júri na comarca de Paranaíba, no julgamento da Ação Penal nº 0003146-29.2016.8.12.0018, no dia 24.9.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3411/2019-PGJ, DE 13.9.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Alterar a Portaria nº 3176/2019-PGJ, de 30.8.2019, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de setembro de 2019, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 5 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SETE QUEDAS, IGUATEMI, ELDORADO E MUNDO NOVO			
21 e 22.9.2019	PJ de Iguatemi	Thiago Barbosa da Silva	99933-0454
28 e 29.9.2019	2ª PJ de Mundo Novo	Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto	98462-9219
REGIÃO 8 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA, MIRANDA, TERENOS, ANASTÁCIO E DOIS IRMÃOS DO BURITI			
21 e 22.9.2019	PJ de Anastácio	Mateus Sleiman Castriani Quirino	99312-5798

Passa a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 5 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SETE QUEDAS, IGUATEMI, ELDORADO E MUNDO NOVO			
21 e 22.9.2019	2ª PJ de Mundo Novo	Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto	98462-9219
28 e 29.9.2019	PJ de Iguatemi	Thiago Barbosa da Silva	99933-0454
REGIÃO 8 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA, MIRANDA, TERENOS, ANASTÁCIO E DOIS IRMÃOS DO BURITI			
21 e 22.9.2019	PJ de Anastácio	João Meneghini Girelli	99691-2601

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3412/2019-PGJ, DE 13.9.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “P” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Designar o 61º Promotor de Justiça de Campo Grande, Silvio Amaral Nogueira de Lima, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Terenos, no dia 19.9.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3413/2019-PGJ, DE 13.9.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Alterar a Portaria nº 3243/2019-PGJ, de 4.9.2019, que indicou ao Procurador Regional Eleitoral membros do Ministério Público Estadual para atuarem perante as Zonas Eleitorais, de forma que, onde consta:

ZE	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	PERÍODO	TITULAR
48ª	Fernanda Proença de Azambuja	23 a 26.9.2019	Matheus Macedo Cartapatti

Passa a constar:

ZE	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	PERÍODO	TITULAR
48ª	Fernanda Proença de Azambuja	30.9 a 3.10.2019	Matheus Macedo Cartapatti

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 3420/2019-PGJ, DE 16.9.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Procuradores de Justiça Edgar Roberto Lemos de Miranda e Silasneiton Gonçalves, na qualidade de presidente e vice-presidente, e os servidores Daniela Cristina Junqueira Nelli, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Procurador, Bruna Camargo da Silva, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, Rubia Mara Mayume Suetake, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, e Leonardo Bertaglia Agostinho, ocupante de cargo efetivo de Analista/Direito, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, comporem a Comissão de Abertura do Processo Seletivo de Estagiário na área de Direito e da área Administrativa, no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, e revogar a Portaria nº 3350/2019-PGJ, de 10.9.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA N° 3383/2019-PGJ, DE 12.9.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Luiz Fernando Ribeiro Barbosa, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 7 (sete) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 2 a 8.9.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA N° 3384/2019-PGJ, DE 12.9.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Lucia Stein Basso, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 22 (vinte e dois) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 28.8 a 18.9.2019, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA N° 3385/2019-PGJ, DE 12.9.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Juliane Aparecida Cordeiro Queiroz, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 2.9 a 1º.10.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA N° 3386/2019-PGJ, DE 12.9.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Lucival Rodrigues de Oliveira Junior, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo de Apoio Administrativo, no período de 27.8 a 5.9.2019, em razão de férias do titular, Wilson Nantes de Oliveira.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA N° 3387/2019-PGJ, DE 12.9.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Arielle Silva Steiner, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 66ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 21ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 20.9 a 9.10.2019, em razão de férias da servidora Lenice Mie Joboji.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA N° 3388/2019-PGJ, DE 12.9.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Jaqueline Obregão da Rosa Ramos, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 33ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 44ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 16 a 25.9.2019, em razão de férias da servidora Patricia Marim.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA N° 3394/2019-PGJ, DE 12.9.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Jonise Rodrigues Vieira, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 30.8 a 28.9.2019, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “d” do inciso II do artigo 19 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA N° 3400/2019-PGJ, DE 12.9.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Janaina Ferreira Domingos, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança – FC3, símbolo MPFC-303, no período de 22.8 a 6.9.2019, em razão de licença para tratamento de saúde da servidora Dayenne Gargantini Martins Diniz Paduan.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA N° 3401/2019-PGJ, DE 12.9.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Luciano Paulo Portella, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Maracaju, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 9 a 19.9.2019, em razão de férias da servidora Liliane Rosa da Silva.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA N° 3402/2019-PGJ, DE 12.9.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Gláuce Jardim Bezerra, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Dourados e designada para prestar serviços na 7ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 6ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 18 a 27.9.2019, em razão de férias do servidor Marcelo Wedson João Silva.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA N° 3403/2019-PGJ, DE 12.9.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Wagner Marques Mercadante, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Três Lagoas e designado para prestar serviços na 3ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança – FC5, símbolo MPFC-305, nos períodos de 18 a 27.9.2019 e de 5 a 14.11.2019, em razão de férias do servidor Fábio Maick da Silva.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2019, ÀS 9 HORAS, OU NAS REUNIÕES SUBSEQUENTES.

6. Expedientes:**6.1. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:****1. Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003003-1.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000114-0.

3. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002221-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001939-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000298-3.

4. Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003461-6.

5. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Procedimento Administrativo nº 09.2015.00000351-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2015.00000851-7.

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003151-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003148-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2015.00000229-0.

6. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004450-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003654-7.

7. 44ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004358-1.

8. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004073-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004370-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000429-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001456-4.

6.2. Expedientes encaminhados ao Conselho Superior para análise em bloco das prorrogações de prazo de inquéritos civis e procedimentos preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:**6.2.1. CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:****1. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000946-1.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000380-0.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000221-3.

3. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2019.00000819-9.

4. Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00002488-4.

6.2.2. CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001495-3.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00002546-1.

6.2.3. CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00002490-7.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00002489-5.

2. 46ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00002615-0.

6.2.4. CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00002486-2.

7. Ordem do dia:**7.1. Julgamento de Inquéritos Civis e Procedimentos:****7.1.1. RELATOR-CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:****1. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003097-5 – SIGILOSO**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001660-7

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fazenda Estrela do Apa

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Estrela do Apa de propriedade de Claudir de Souza Dutra e Outra, às margens do Rio Apa.

7.1.2. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:**1. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000533-6**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível omissão do município de Terenos consistente na fiscalização do cumprimento da lei municipal nº 907/2005.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00003426-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sonora

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Leny Terezinha Borges Martins

Assunto: Apurar eventuais crimes ambientais na área da Fazenda Janaína II, localizada no município de Sonora/MS.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00003316-1

2ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Rio Brillhante

Requerente: Ministério Público Estadual e Éverton Cristiano de Carvalho

Requerido: Vivo S/A

Assunto: Apurar eventual conduta violadora dos direitos dos consumidores, consistente na venda de chips aos moradores do Distrito de Prudêncio Thomaz e na posterior ausência de fornecimento de serviço de telefonia móvel para aludida localidade.

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00000941-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fazenda São Jorge-Jiyoud - proprietário Marcos Shigueru Sakate

Assunto: Apurar eventual dano ambiental causado por Izair Martins Rocha no imóvel rural denominado Agropecuária São Jorge – Jiyoud, de propriedade do Sr. Marcos Shigueru Sakate.

5. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001037-2

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Ótica Itamaracá

Assunto: Promover a regularidade jurídico-ambiental do estabelecimento comercial denominado Ótica Itamaracá.

6. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000146-2

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia

Requerente: Previsca - Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Cassilândia

Requerida: Cinthia Silva Garcia

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa por parte de servidora pública municipal que presta serviços particulares durante o gozo de auxílio-doença, conforme representação encaminhada pela Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Cassilândia-MS.

7. Inquérito Civil nº 06.2017.00001099-7 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Caarapó

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00001653-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Daex – Departamento Especial de Apoio às Atividade de Execução

Requerido: Olympio do Amaral Cardinal - Fazenda Alegria

Assunto: Apurar dano ambiental causado na Fazenda Alegria, de propriedade de Olympio do Amaral Cardinal, localizada às margens do Rio Apa, no município de Bela Vista/MS.

7.1.3. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:**1. Inquérito Civil nº 06.2016.00001587-7**

Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial - GACEP

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública SEJUSP

Assunto: Apurar a inexistência de laboratório dentro da estrutura da Coordenadoria Geral de Perícias apto a realizar exames laboratoriais toxicológicos em amostras de material biológico em todo o Estado de Mato Grosso do Sul.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000968-0 – SIGILOSO

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00000181-8

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Mineração Corumbaense Reunida S.A., Vetorial Mineração S.A.

Assunto: Apurar a atual situação estrutural das barragens de contenção de rejeitos de mineração localizadas no município de Corumbá/MS, sob a responsabilidade das empresas Vetorial Mineração S.A. e Mineração Corumbaense Reunida S.A. (subsidiária integral da Vale S.A.), através da apresentação do Plano de Segurança de Barragem.

4. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000662-4

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Igreja Mundial do Poder de Deus

Assunto: Apurar dano ambiental decorrente da perturbação de sossego alheio em virtude da emissão de som alto no estabelecimento religioso Igreja Mundial Poder de Deus.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00001665-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Entre Rios - Gleba 04, Dalila Eberhard Behling

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Entre Rios - Gleba 04 de propriedade de Dalila Eberhard Behling, às margens do Rio Apa.

6. Inquérito Civil nº 06.2017.00001482-7

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Absolut Beer

Assunto: Apurar possível irregularidade ambiental e urbanística consistente em funcionamento de atividade desprovido dos alvarás e licenças necessários ao funcionamento, bem como prática de poluição sonora e desordem pública ocasionadas pelos frequentadores da conveniência.

7. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000300-5

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Marcos do Nascimento Silva

Assunto: Apurar possíveis atos de improbidade administrativa ocorridos na 4ª CIPM por oficial da PME/MS.

AVISO Nº 36/2019/SCSMP

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, após a distribuição por sorteio, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

1 - RELATOR CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00000278-0 - 2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual omissão do poder público, consistente na ausência de drenagem de água pluvial na confluência da rua Juscelino Kubitschek com a rua Hervê Mendes Fontoura.

2) **Inquérito Civil nº 06.2018.00002232-0** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Brasilândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Brasilândia - Assunto: Apurar supostas ilicitudes ou irregularidades no processo licitatório Pregão Presencial nº 107/2017, da Prefeitura de Brasilândia/MS.

3) **Inquérito Civil nº 06.2018.00003042-0** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Bandeirantes/MS - Assunto: Averiguar a possível existência de pendência referente aos recolhimentos previdenciários relativos aos médicos prestadores de serviços no município de Bandeirantes, período de janeiro/2014 à setembro/2014.

4) **Inquérito Civil nº 06.2019.00000452-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Chácara Primavera - Assunto: Apurar suposto dano ambiental em razão da exploração vegetação nativa na propriedade denominada Chácara Primavera em Bela Vista/MS.

2 - RELATOR CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:

1) **Inquérito Civil nº 06.2019.00000011-9 (Sigiloso)** - 67ª Promotoria de Justiça das Pessoas com Deficiência da comarca de Campo Grande.

2) **Inquérito Civil nº 06.2018.00002234-2 (Sigiloso)** - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **Advogados: Flávio Roberto Balbino, OAB/SP nº 257.802 e Gustavo Felizardo, OAB/MS nº 408.635.**

3 - RELATOR CONSELHEIRO BELMIREZ SOLES RIBEIRO:

1) **Inquérito Civil nº 06.2018.00003381-7 (Sigiloso)** - Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Bandeirantes.

2) **Inquérito Civil nº 06.2019.00000484-8 (Sigiloso)** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Amambai.

4 - RELATOR CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:

1) **Inquérito Civil nº 06.2018.00000516-5** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina - Requerentes: Associação do Vale do Ivinhema para Proteção da Biodiversidade -IVIBIO, ONG IVIBIO - Requerido: Amauri Sérgio Sanches - Assunto: Apurar a regularidade de loteamento situado na área rural de Nova Andradina/MS. **Advogado: Ilson Cherubim, OAB/MS nº 8.251 Nascimento & Cherubim, Soluções Jurídicas).**

2) **Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001239-2** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica - Requerente: Polícia Militar Ambiental de Costa Rica/MS - Requeridos: Madeireira Paludo Ltda. - ME, e a Webber Industria e Comércio de Madeiras Ltda - EPP - Assunto: Transporte Irregular de Madeiras - Autuação em desfavor das empresas Madeireira Paludo Ltda. - ME, Webber Industria Comércio de Madeiras Ltda. - EPP e Rudiney Aparecido Eduardo.

3) **Inquérito Civil nº 06.2018.00001074-6 (Sigiloso)** - 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá. **Advogada: Laura Jaber Abdullah Costa, OAB/MS nº 21.091.**

5 - RELATOR CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:

1) **Inquérito Civil nº 06.2018.00002602-7** - 2ª Promotoria de Justiça das Pessoas com Deficiência da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar notícia de situação de risco e prática de maus-tratos, bem como ofensa a direitos e garantias fundamentais de pessoa com deficiência. (IC nº 12/2015, migrado para o SAJMP).

2) **Inquérito Civil nº 06.2018.00003561-5** - 2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Corumbá - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Ladário - Assunto: Requisitar a conclusão das obras de construção e instalação de tampas de concreto armado nas valas situadas na Rua Dom Aquino, no município de Ladário/MS, com o fito de fechar as galerias de águas pluviais, bem como apurar eventual passivo ambiental. (IC nº 02/2015, migrado para o SAJMP) **Advogada: Mariana Vieira Panovitch, OAB/MS nº 13.821.**

6 - RELATOR CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:

1) **Inquérito Civil nº 06.2019.00000787-8** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Eldorado - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Paulo Lotário Junges - Assunto: Apurar possível ato de improbidade administrativa praticado por Paulo Lotário Junges, assessor jurídico do município de Eldorado à época dos fatos, em razão de ter deixado de praticar, indevidamente, ato de ofício. **Advogado: Diego Oro, OAB/MS nº 14.244.**

7 - RELATORA CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

1) **Inquérito Civil nº 06.2016.00001552-2** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar suposta fraude na contratação realizada pelo município de Terenos da empresa de manutenção elétrica.

2) **Inquérito Civil nº 06.2018.00002306-3** - Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Porto Murtinho - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Secretaria Municipal de Assistência Social - Assunto: Apurar eventuais irregularidades na entrega e fiscalização das casas populares situadas no bairro Vila Célia, pelo órgão competente, em especial no que concerne aos imóveis abandonados, os quais já deveriam, em tese, ter sido entregues a outra famílias. (IC nº 09/2014, migrado para o SAJMP). **Advogada: Maisa Oviedo Milandri, OAB/MS nº 17.666.**

3) **Inquérito Civil nº 06.2019.00001029-4** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Gustavo Henrique Guimaraes Rosa Cunha - Assunto: Apurar a regularidade da supressão de 79,058 hectares de vegetação nativa ocorrida no interior do imóvel rural denominado "Fazenda Sete Diamantes", identificado no CARMS sob o nº 5.829, pertencente a Gustavo Henrique Guimarães Rosa Cunha, em desacordo com a autorização ambiental, sem prejuízo de eventual reparação pelo dano ambiental pretérito. **Advogado: Michael Frank Gorski, OAB/MS nº 7471.**

4) **Inquérito Civil nº 06.2018.00002912-4** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coronel Sapucaia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Coronel Sapucaia - Assunto: Apurar eventual prática de improbidade administrativa pelo Chefe do Poder Executivo de Coronel Sapucaia/MS em razão de violação a princípios da Administração Pública por contratação de pessoal para ocupar cargo comissionado destinado a serviços não caracterizadores de funções de chefia, direção e assessoramento.

5) **Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001240-4** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica - Requerente: Polícia Militar Ambiental de Costa Rica - Requeridos: Itapoan Madeiras Ltda. EPP e Dirceu Ferreira Lisboa - Assunto: Transporte Irregular de Madeiras - Autuação em desfavor da Empresa - Itapoan Madeiras Ltda. - EPP e Rudiney Aparecido Eduardo.

6) **Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001206-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica - Requerente: Polícia Militar Ambiental de Costa Rica - Requeridos: Alcenira da Silva Barbosa e Comércio de Madeiras Três Fronteiras - Eirelli - Assunto: Transporte Irregular de Madeiras - Autuação em desfavor das Empresas Comércio de Madeiras Três Fronteiras Eirele - ME e Alcenira da Silva Barbosa - ME, por transportarem madeiras serradas em desacordo com as normas vigentes.

8 - RELATOR CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:

1) **Inquérito Civil nº 06.2018.00000940-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Santo Antônio da Cava, de propriedade de Reinaldo Martins de Souza - Assunto: Apurar possível desmatamento de 5,77 hectares, ocorrido entre 20/04/2013 e 26/04/2015, na Fazenda Santo Antônio da Cava, de propriedade de Reinaldo Martins de Souza localizada em Guia Lopes da Laguna/MS, sem licença ambiental do órgão competente. (IC nº 05/2017, migrado para o SAJMP).

2) **Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000454-8** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: A APURAR, Secretário Municipal de Saúde de Cassilândia - Assunto: Apurar eventual contratação ilegal de prestação de serviços médicos pelo Secretário Municipal de Saúde de Cassilândia.

3) **Inquérito Civil nº 06.2019.00000678-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda - Requerente: 2º Pelotão de Polícia Militar Ambiental - Requerida: Fazenda Rancho Branco - Assunto: Apurar os danos ocasionados ao meio ambiente pelo funcionamento e operação do estabelecimento potencialmente poluidor denominado "Fazenda Rancho Branco", situada no município de Bodoquena, sem a licença do órgão ambiental competente.

9 - RELATOR CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:

1) **Inquérito Civil nº 06.2018.00000712-0** - 2ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Escola Estadual Semíramis Carlota Benevides da Rocha - Assunto: Apurar eventual omissão, por falta do dever de vigilância dos professores e funcionários da Escola Estadual Semíramis Carlota Benevides da Rocha sobre os alunos.

2) **Inquérito Civil nº 06.2018.00002606-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: - Assunto: Apurar a legalidade da contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria jurídica, para acompanhamento das comissões parlamentares de inquérito e comissão processante, em atendimento às necessidades da Câmara Municipal de Camapuã/MS.

3) Inquérito Civil nº 06.2019.00000841-1 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina - Requerentes: 3º GPMA de Batayporã/MS e o Ministério Público Estadual - Requeridos: Antônio José Ribeiro Neto, Joel Faustino Barbosa, Pescara Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Assunto: Apurar o dano ambiental decorrente de escavação em área de preservação permanente e de loteamento sem as autorizações necessárias em propriedade rural denominada Estância Paraíso 1, localizada no município de Nova Andradina/MS. **Advogado: Leandro Vieira da Silva, OAB/PR nº 59.608.**

4) Inquérito Civil nº 06.2017.00000204-2 - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Sitia Comércio de Cerais Ltda. - Assunto: Apurar a regularidade administrativa da empresa denominada Secador de Arroz Sitia, localizado no distrito da Vila São Pedro (BR-163, Km 273), neste Município, bem como continuar a fiscalização das condicionantes específicas da licença ambiental.

Campo Grande, 16 de setembro de 2019.

ALEXANDRE LIMA RASLAN
Procurador de Justiça
Secretário do Conselho Superior do MP

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.

Processo PGJ/10/3357/2019.

Amparo legal: Inciso XXII, artigo 24 da Lei nº 8.666/93.

Ordenadora de Despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: **Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S.A.**

Valor estimado mensal: R\$ 70.000,00, nos termos da NE nº 2019NE004649, de 12.09.2019.

Objeto: Despesa com serviços de fornecimento de energia elétrica para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ratifica: **Nilza Gomes da Silva**, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa.

Campo Grande/MS, 16 de setembro de 2019.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

CAMPO GRANDE

EDITAL Nº 0022/2019/34PJ/CGR

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, sediada na Rua Luiz Freire Benchetrit, 160, bairro Miguel Couto, em Campo Grande-MS, CEP 79040-140, telefone: (67) 3357-2571/2572, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001121-6

Requerente: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul

Requerido: Marciano dos Santos Dionizio Conveniência Eireli

Objeto(s): Apurar a prática de poluição sonora e operando sem licença autorização ambiental pelo empreendimento Nortão Hookah Loung, localizado na Avenida Manoel Joaquim de Moraes, n. 325, B. Jardim Leblon, em Campo Grande-MS.

Campo Grande/MS, 11 de setembro de 2019

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA
Promotor de Justiça

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 09.2019.00002766-3

Inquérito Civil n. 06.2018.00001197-8
Requerente(s): Ministério Público Estadual
Requerido(s) Matilde Veiga Barbosa e outro

PORTARIA

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, visando à fiscalização das obrigações constantes do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do referido Inquérito Civil, tendo como Requerente(s) e Requerido(s) o(s) acima nomeado(s), resolve instaurar o presente Procedimento Administrativo, com fundamento no(s) art(s). 127 e 129, incs. III e VI, da Constituição Federal, no(s) art(s). 26, inc. I ao VII, da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no(s) art(s). 27, incs. I ao VIII, e na Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil) e Resolução nº 5/CPJ/2012 (Procedimento Administrativo).

Determino, em obediência à Resolução n. 005/CPJ/2012 (Procedimento Administrativo), que se adotem as seguintes providências no Sistema de Automação da Justiça (SAJ/MP):

- . Registre-se esta portaria;
- . Cadastrem-se como Requerente(s) e Requerido(s) o(s) acima nomeado(s), inserindo-se, no mínimo, as seguintes informações:
 - 2.1. no caso de pessoa(s) física(s): nome completo, estado civil, CPF, RG, endereços residencial e profissional, CEP etc.;
 - 2.2. no caso de a(s) pessoa(s) jurídica(s): razão social, **nome fantasia**, CNPJ, endereço, e do(s) representante(s) legal(ais): nome completo, estado civil, CPF, RG, endereços residencial e profissional, CEP etc.;
- . Cadastre-se a(s) obrigação(ões) vincenda(s) do(s) Termo(s) de Ajustamento de Conduta (180 dias, cláusula segunda, *caput*);
- . Instruam-se os autos tabela(s) ou comprovante(s) do cumprimento da(s) obrigação(ões) vencida(s), elaborando-se informação(ões) a respeito;
- . Instruam-se aos autos os seguintes documentos extraídos dos autos principais;
 - 5.1. Termo(s) de Ajustamento de Conduta e eventuais aditivos;
 - 5.2. documento(s) de identificação do(s) Requerente(s) e Requerido(s).;
 - 5.3. outro(s) documento(s) extraído(s) dos autos do principais: cópia da portaria do Inquérito Civil.
- . Seja oficiado ao(s) Requerido(s), Matilde Veiga Barbosa, informando-a(s) que a 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS instaurou o Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Tac nº 09.2019.00002766-3, tendo por objeto, especificamente, "Fiscalizar as obrigações constantes do Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil nº 06.2018.00001197-8" e que as informações e petições sobre o adimplemento das obrigações, nos respectivos prazos, devem protocoladas na 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande com referência expressa ao número do procedimento;
- . Envie-se o arquivo digital desta portaria ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Meio Ambiente (CAOMA) (*caoma@mpms.mp.br*), para conhecimento, nos termos do art. 6º da Resolução nº 5/CPJ/2012 (Procedimento Administrativo);
- . Envie-se o arquivo digital do edital deste Procedimento Administrativo à Procuradoria-Geral de Justiça (*edital@mpms.mp.br*), solicitando publicação no Diário do MPMS, conforme art. 5º da Resolução nº 5/CPJ/2012 (Procedimento Administrativo);
- . Vencido o prazo de 180 dias previsto na cláusula segunda, oficie-se à SEMADUR, solicitando vistoria para averiguar o cumprimento do TAC.

Campo Grande-MS, 04 de setembro de 2019.

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA
Promotor de Justiça

DOURADOS

EDITAL N. 0016/2019/17PJ/DOS

A 17ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado.

Procedimento Preparatório n. 06.2019.00001245-9

Requerente(s): (SIGILOSO).

Requerido(s): (SIGILOSO).

Assunto: (SIGILOSO).

Dourados/MS, 03 de setembro de 2019.

LUIZ GUSTAVO CAMACHO TERÇARIOL

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

APARECIDA DO TABOADO

EDITAL Nº 005/2ªPJ/2019

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida dos Estudantes, nº.3120, Residencial Primavera, Aparecida do Taboado/MS.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001228-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Gasques Gasques

Assunto: Apurar a existência de erosão e assoreamento de uma nascente e do curso d'água na propriedade rural denominada Fazenda Flor de Quitéria, bem como promover a reparação de eventual dano ambiental.

Aparecida do Taboado/MS, 13 de setembro de 2019.

JERUSA ARAUJO JUNQUEIRA QUIRINO

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 006/2ªPJ/2019

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida dos Estudantes, nº.3120, Residencial Primavera, Aparecida do Taboado/MS.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001230-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Aparecida do Taboado e José Joaquim Trindade

Assunto: Fiscalizar a execução das obras de infraestrutura do Loteamento Bom Jesus.

Aparecida do Taboado/MS, 13 de setembro de 2019.

JERUSA ARAUJO JUNQUEIRA QUIRINO

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 007/2ªPJ/2019

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida dos Estudantes, nº.3120, Residencial Primavera, Aparecida do Taboado/MS.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001252-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Aparecida do Taboado e Fundação Estatal de Saúde de Aparecida do Taboado-FESAT

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no plantão de sobreaviso de obstetrícia.

Aparecida do Taboado/MS, 13 de setembro de 2019.

JERUSA ARAUJO JUNQUEIRA QUIRINO

Promotora de Justiça

PONTA PORÃ

EXTRATO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 0042/2019/01PJ/PPR

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado em 09/05/2019, entre o Ministério Público Estadual, por meio de sua 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS e o Município de Aral Moreira, referente a estruturação material e humana, bem como a adequação e eficiência na execução dos serviços sócioassistenciais de proteção básica e especial prestados, respectivamente, pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e pelos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), no bojo do Inquérito Civil nº 06.2018.00002679-3, disponível para consulta do conteúdo integral na 1ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã/MS, localizada na Rua Baltazar Saldanha nº 1613, Bairro Jardim Ipanema, CEP: 79904-150, Telefone: (67) 3431 1375. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Ponta Porã/MS, 24 de junho de 2019.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ELDORADO

EDITAL Nº 0010/2019/PJ/EDD**06.2019.00000995-4**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Eldorado/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, firmado nos autos de Inquérito Civil n. 06.2019.00000995-4 que está à disposição de quem possa interessar na Rua Assis Chateaubriand, 1.555, Bairro das Palmeiras, nesta cidade, podendo ser acessado em sua íntegra no link <<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>>

Área de atuação: Meio Ambiente

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Promotoria de Justiça de Eldorado/MS

Compromissário: Roberto Balan, inscrito no CPF sob o número 365.955.601-78, residente e domiciliado na Rua Iguatemi, 1370, centro, nesta cidade.

Objeto: Dano ambiental na propriedade rural Sítio Morotin, situado neste Município de Eldorado/MS, composto pela matrícula 3734, do Cartório de Registro de Imóveis da cidade de Eldorado/MS, em área de 108,9 hectares, inscrita no Cadastro Rural CARMS0024487.

Obrigações: CLÁUSULA PRIMEIRA: O compromissário se compromete a não efetuar nem permitir o corte ou derrubada de árvore nativa, sem que haja uma prévia e expressa autorização ambiental, mediante licenciamento ambiental pleno (onde haverá a justificação da retirada, a análise dos motivos de natureza pública para tal e estudo de compensação ambiental devida). CLÁUSULA SEGUNDA: O compromissário assume a obrigação de indenizar os danos ambientais, a título de reparação por ato ilícito, através de doação ao Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público (agência nº 2576-3, conta corrente n.º 50.120-4, Banco do Brasil, CNPJ nº 03.464.870/0001-00) a quantia de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais), em 04 (quatro) parcelas mensais, através de depósitos identificados, com vencimento todo dia 10 de cada mês; CLÁUSULA TERCEIRA: Em sendo descumpridas as determinações do presente, o compromissário recolherá multa em favor do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público, por cada dia de descumprimento. PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor do dia-multa será de R\$ 500,00 (quinhentos reais). A multa, se for o caso, deverá ser recolhida no prazo de 10 (dez) dias, independente de notificação desta Promotoria de Justiça. Decorrido esse prazo, será ajuizada a competente execução do presente compromisso, que possui eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do parágrafo 6º, do artigo 5º, da Lei nº 7347/85; PARÁGRAFO SEGUNDO: Não sendo efetuado o depósito do valor da multa, esta será executada pelo Ministério Público, com atualização monetário (IGPM) e juros de 1% ao mês sobre o que deveria ser depositado.

Eldorado/MS, 13 de setembro de 2019

GUSTAVO HENRIQUE BERTOCCO DE SOUZA

Promotor de Justiça